



# Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis

ESTADO DE MATO GROSSO

CNPJ 24.772.287/0001-36

Criação Lei n°. 5.315 de 04 de Julho de 1988

**MENSAGEM LEGISLATIVA N°. 068, DE 1º DE SETEMBRO DE 2014.**

**Excelentíssimo Senhor**

**Vereador VANDERLEI BAIOTO**

**D.D. Presidente da Câmara Municipal de Campo Novo do Parecis**

**Exmo. Srs Vereadores da Câmara Municipal de Campo Novo do Parecis**

Dirijo-me a Vossas Excelências para encaminhar o Projeto de Lei nº 062/2014, que **altera a Lei nº 812/2001 institui o serviço de mototáxi no município de Campo Novo do Parecis, e dá outras providências**, com o seguinte pronunciamento.

A presente matéria tem por escopo a readequação de recolhimento do imposto sobre serviços de qualquer natureza – ISSQN, voltado aos serviços prestados pelos mototaxistas do Município, haja vista que a disposição da lei ora vigente se mostra incongruente com os valores atualmente arrecadados pela categoria.

Aborda ainda a matéria a alteração de 1.000 (mil) habitantes para 1.500 (habitantes) no quesito voltado à permissão e licenciamento para os prestadores de serviços de transportes de passageiros em motocicletas.

Prevaleço-me da oportunidade para reiterar a Vossa Excelência e a seus ilustres Pares a manifestação do meu singular apreço, encaminhando-lhes o presente Projeto de Lei para análise e, posterior, aprovação.

Com apreço,

**Mauro Valter Berft**  
PREFEITO MUNICIPAL  
CPF 308 107 810-49

CÂMARA CAMPO NOVO DO PARECIS MT

08-SET-2014 13:23 001200 1/2





# Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis

ESTADO DE MATO GROSSO

CNPJ 24.772.287/0001-36

Criação Lei nº. 5.315 de 04 de Julho de 1988

**PROJETO DE LEI Nº 062/2014**

**1º de setembro de 2014.**

*Autoria: Poder Executivo Municipal*

**ALTERA A LEI Nº 812/2001 INSTITUI O SERVIÇO DE MOTOTAXI NO MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DO PARECIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**MAURO VALTER BERFT**, Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º.** O art. 8ª da Lei Municipal nº 812, de 3 de julho de 2001, que institui o serviço de mototáxi no município de Campo Novo do Parecis, e dá outras providências passa a vigorar com a seguinte redação:

*“Art. 8º. O número de permissões e licenciamentos para prestarem serviço de transportes de passageiros em motocicletas, na categoria aluguel, no Município de Campo Novo do Parecis, será limitado a 1 (um) veículo para cada 1.500 (um mil e quinhentos) habitantes, de acordo com certidão oficial fornecida pelo IBGE.”*

**Art. 2º.** O *caput* do art. 20 da Lei Municipal nº 812, de 3 de julho de 2001, que institui o serviço de mototáxi no município de Campo Novo do Parecis, e dá outras providências passa a vigorar com a seguinte redação:

*“Art. 20. O permissionário/conductor deverá recolher ao Poder Permissor, anualmente, o valor correspondente a 2 (duas) Unidades Fiscal de Campo Novo do Parecis - UFCNP, sendo 1 (uma) em cada semestre do ano em exercício, a título de ISSQN – Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza.”*

**Art. 3º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 4º.** Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, ao 1º dia do mês de setembro de 2014.

**MAURO VALTER BERFT**  
Prefeito

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpre-se.

**MARCIO ANTÃO CANTERLE**  
Secretário Municipal de Administração

*[Assinatura]*  
Priscila S. Bludes Robert  
Advogada  
OABMT 7288





# Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis

ESTADO DE MATO GROSSO

CNPJ 24.772.287/0001-36

Criação Lei nº. 5.315 de 04 de Julho de 1988

## DEMONSTRATIVO DO CÁLCULO DA RENUNCIA DE RECEITA REFERENTE AO PROJETO DE LEI Nº. 0062/2014, QUE ALTERA A LEI Nº. 812/2001 QUE INSTITUIU O SERVIÇO DE MOTOTAXI NO MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DO PARECIS.

Trata-se de alteração na Lei 812/2011 que instituiu o serviço de mototaxi no município de Campo Novo do Parecis/MT, bem como regulamentou a atividade e a cobrança do Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza – ISSQN.

A alteração do referido projeto de lei tem como objetivo instituir a base de cálculo do ISSQN para a atividade de mototaxi no município de Campo Novo do Parecis, alterando o caput do Art.20 da Lei Municipal para a seguinte redação:

“Art. 20. O permissionário/conductor deverá recolher ao poder permissor, anualmente, o valor correspondente a 2 (duas) Unidades Fiscal de Campo Novo do Parecis- UFCNP, sendo 1 (uma) em cada semestre do ano em exercício, a título de ISSQN – Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza.”

Atualmente a UFCNP corresponde ao valor de R\$ 211,71 (duzentos onze reais e setenta um centavos), o que totaliza um valor de R\$ 423,42 (quatrocentos vinte três reais e quarenta dois centavos) anualmente.

Conforme Memorando nº. 133/2014 do Departamento de Fiscalização, o ISSQN da categoria Mototaxi não foi lançado conforme Lei 812/2001, pois o valor seria maior que da categoria táxi, sendo que no exercício de 2014 foi cobrado R\$ 221,83 (duzentos vinte um reais e oitenta três centavos).

A Lei de Responsabilidade Fiscal exige a estimativa do cálculo do impacto orçamentário-financeiro nos casos de renúncia de receita de natureza tributária.

### Lei nº 101/2000 - LRF.

“Art. 14. A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias( ..)” (grifamos)





# Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis

ESTADO DE MATO GROSSO

CNPJ 24.772.287/0001-36

Criação Lei n°. 5.315 de 04 de Julho de 1988

Por sua vez, o Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso – TCE-MT, assim se pronunciou sobre esta questão.

**IN TCE Nº 02, DE 17/02/2004**

Art. 2º A concessão de subsídio, isenção e anistias, remissões, alterações de alíquotas, redução da base de cálculo, concessão de crédito presumido de qualquer tributo, devem ser concedidas por **lei específica**, estadual ou municipal, nos termos do § 6º do artigo 150 da Constituição Federal.

Parágrafo Único. ...

Art. 3º A lei que instituir qualquer benefício fiscal, enumerado no dispositivo anterior, deverá estabelecer, obrigatoriamente:

- I - o nome do órgão responsável pela sua gestão;
- II - a finalidade do benefício criado;
- III - os critérios para sua concessão e para manutenção do benefício;
- IV - o prazo de duração dos benefícios;
- V - a periodicidade e o nome do órgão responsável pela reavaliação da conveniência da continuidade do mesmo;
- VI - a obrigatoriedade do órgão gestor adotar formalmente instrumentos para o controle das concessões e da mensuração do atendimento da finalidade proposta;
- VII - o prazo para que a eficácia do benefício seja mensurada;
- VIII - o atendimento ao disposto no artigo 14, incisos e parágrafos, da Lei Complementar n.º 101/2000.

Parágrafo Único. Para as concessões de benefícios ou incentivos tributários, constituem parte integrante da lei, os demonstrativos exigidos pelo artigo 14, *caput* e incisos I ou II da Lei Complementar n.º 101/2000.

Diante da leitura do Projeto de Lei e dos fatos descritos acima, tem-se que não há renúncia fiscal do ISSQN, tendo em vista que a diferença cobrada atualmente (R\$ 221,83) e relação ao que será cobrada a partir da aprovação do referido Projeto de Lei (R\$ 423,42) vai gerar um aumento na arrecadação na atividade de motaxi.

Campo Novo do Parecis/MT, 04 de setembro de 2014.

**MAURO VALTER BERT**  
Prefeito Municipal

**LUCIANE SUNIGA**  
Secretária Municipal de Finanças